



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa Reunião de 2 de abril de 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

Às 10 horas, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Externas, Relações Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

Na Sala, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente do maior partido da oposição, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça interina, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes ou Secretários-Gerais dos outros partidos com representação na Assembleia da República, os Conselheiros de Estado e os

Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se também presentes:

Na Tribuna A, o anterior Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, os antigos Deputados à Assembleia Constituinte e repórteres fotográficos à Assembleia Constituinte;

Na Galeria III, os Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, os Deputados ao Parlamento Europeu, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, a Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do 50.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Presidente da Comissão para as Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de novembro de 1975, o Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, o Comandante Naval, o Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o Secretário-Geral da CGTP-IN, o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas, os Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional de Freguesias e da Associação Nacional de Assembleias Municipais, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Juizes Conselheiros

do Tribunal Constitucional, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Presidente da Comissão de Liberdade Religiosa, a Presidente da Associação dos ex-Deputados à Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, os ex-Conselheiros da Revolução, o Presidente da Associação 25 de Abril e o Presidente da Associação Salgueiro Maia;

Nas Galerias IV a VI, os demais convidados;

Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete dos grupos parlamentares, dos Deputados únicos representantes de partido e do Ministro dos Assuntos Parlamentares;

Na Tribuna D, representantes de órgãos da comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Cristóvão Norte](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (António José Seguro).

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 46 minutos, tendo a fadista Katia Guerreiro interpretado o hino nacional, que foi aplaudido, de pé, pelos presentes.

Após ter sido constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Declaro aberta a Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa.

Eram 10 horas e 2 minutos.

Vou agora dar a palavra aos representantes dos grupos parlamentares.

Tem a palavra, para a primeira intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Ilustres Convidados, antigo Presidente da República, Altas Autoridades, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Celebramos hoje os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, um marco fundador da nossa democracia e da escolha coletiva pela liberdade, pela participação e pela dignidade como pilares do seu futuro.

A Constituição de 1976 não é apenas um texto jurídico, é a expressão de um compromisso com os direitos fundamentais e com um país mais justo, mais equilibrado, mais solidário e mais humanista.

Celebrar este momento não pode ser apenas evocar o passado, tem de ser também um exercício de exigência, porque a Constituição não se honra apenas com discursos — honra-se com práticas, honra-se quando defendemos os direitos sociais, honra-se quando garantimos serviços públicos dignos e honra-se também quando levamos a sério um dos princípios estruturantes: o reconhecimento pleno das autonomias regionais, Madeira e Açores, que estão também a comemorar os seus 50 anos.

Para quem representa as regiões autónomas, esta não é apenas uma questão institucional — é uma questão de justiça territorial.

Portugal não é um país uniforme; é diverso, plural e geograficamente disperso. Foi isso que a Constituição reconheceu, ao consagrar as autonomias como uma conquista democrática, dando voz própria às regiões insulares.

Porém, 50 anos depois, esse caminho continua incompleto. Portugal permanece excessivamente centralizado, demasiado dependente de decisões tomadas longe das comunidades que delas dependem. Isso enfraquece, na minha opinião, a coesão territorial e afasta os cidadãos.

Por isso, ao celebrar a Constituição, devemos assumir um compromisso claro: aprofundar o reconhecimento efetivo das autonomias regionais, reforçar a descentralização e construir um Estado mais equilibrado e mais próximo das pessoas, o que, na minha modesta opinião, passa pelo processo de regionalização.

Um país verdadeiramente democrático não teme distribuir poderes. Antes pelo contrário, fortalece-se quando confia nos seus territórios.

Cinquenta anos depois, a Constituição continua a ser um farol da nossa democracia, mas entendo que esse farol só cumpre a sua função, se tivermos a coragem de navegar à luz dos seus princípios.

Que esta celebração seja mais do que a memória; que seja compromisso com os valores de Abril, com uma autonomia real e com um Portugal mais coeso, onde nenhum território se sinta distante das suas decisões — porque cumprir a nossa Constituição é garantir que Portugal se constrói com todos e com todo o seu território.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do PAN.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados Constituintes, Sr. Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, Ilustres Entidades, Altas Autoridades e Distintos Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Celebramos hoje os 50 anos da Constituição,

momento em que, nas palavras de Barbosa de Melo, o povo português retomou de forma serena e firme a sua longa aventura pela liberdade.

Depois de uma revolução intensa, feita de confrontos e de profundas divergências, Deputadas e Deputados Constituintes mostraram que, mesmo com visões do mundo muito opostas, era possível traçar um compromisso em torno de um querer comum — um compromisso que agregou as pequenas verdades que cada um tinha numa verdade maior, num projeto coletivo de futuro.

Há 50 anos fixou-se a dignidade da pessoa humana como um princípio fundamental da nossa República. Dizia-se sim a um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo, e consagrou-se um dos mais ambiciosos catálogos de direitos fundamentais.

Pouco foi esquecido pelos Constituintes: o direito à habitação, à educação, à saúde, à segurança social, a um ambiente sadio, passando pelos direitos das pessoas com deficiência e terminando em amplos direitos de participação cívica e política. Pouco ou nada ficou de fora. São direitos que, infelizmente, ainda hoje não chegam a todas as pessoas, não porque a Constituição tenha falhado, mas por falha na concretização dos mesmos.

Num tempo em que ninguém falava de crise climática, também aqui os Constituintes foram pioneiros, ao consagrar o direito ao ambiente e ao atribuir ao Estado o dever de o proteger, dever esse que tantas vezes vemos esquecido e deixado para trás, sobretudo quando se pretendem sobrepor lucros de grandes poluidoras ao bem-estar das populações, da ciência e até da preservação da biodiversidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, gostaria também, neste momento, de invocar e lembrar as palavras da Deputada Constituinte Rosa Rainho, lembrando uma das maiores lutas que ainda temos pela frente: a luta pela libertação e pelos direitos das mulheres. Dizia-nos que a liberdade e a libertação da mulher são lutas que não cabem todas na Constituição.

Não menos verdade é que a Constituição foi e é um passo decisivo para a emancipação dos direitos das mulheres em Portugal, e é por isso mesmo que temos de a acarinhar, preservar e salvaguardar — porque, com a Constituição e com a afirmação do princípio da igualdade, as mulheres passaram a ser cidadãs de pleno direito.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do JPP e de Deputados do PSD.

Pelo menos no papel, passaram a ter igualdade nos direitos e nos deveres perante o seu marido, mas também na escolha da profissão, no acesso ao trabalho e até na remuneração salarial.

Fazendo minhas as palavras do Constituinte Jorge Miranda, evoco também que a Constituição é uma grande conquista, uma importante conquista da democracia e do povo português, e um marco da nossa história multissecular.

Tal como há 50 anos afirmou o Constituinte Barbosa de Melo, não abraçar a Constituição equivaleria, para nós, a um pecado capital contra o universo ético e político em que nos movemos, que assenta na crença inabalável de uma democracia política.

É precisamente por partilhar esta crença inabalável na democracia que o PAN abraça a Constituição e não pode alinhar com uma visão e revisão constitucional ditadas por partidos ou por interesses que querem pôr o ódio pelo próximo à frente da matriz humanista da nossa Constituição, que ainda hoje se mantém atual.

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e da Deputada do PSD Adriana Rodrigues.

O PAN não acha que a Constituição deva ser um texto imutável. Pelo contrário, achamos que é essencial possibilitar a criação de tribunais especializados no combate à violência doméstica, consagrar o voto aos 16 anos, criminalizar o enriquecimento ilícito, consagrar e prever o direito a um clima estável para as presentes e futuras gerações e reforçar a proteção jurídica dos animais — uma visão atualista e não uma visão de retrocesso.

Não aceitamos, porém, que, por razões de cálculo político imediato, haja forças políticas que queiram dar a batuta de uma revisão constitucional àqueles que querem destruir o contrato social que nos norteia há meio século e que aceitem incluir na nossa Constituição disparates daqueles que defendem três Salazares no nosso País.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Senhoras e Senhores, em 50 anos, a Constituição mostrou sempre ser mais forte em soluções do que em problemas. Saibamos acarinhar e preservar este histórico que temos.

Quando, nos tempos da troica, se quiseram cortar salários, subsídios de férias e pensões, foi a Constituição que nos defendeu.

Foi também a Constituição que defendeu o direito da mulher de decidir sobre o seu próprio corpo, aquando da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Foi a Constituição que nos mostrou que o amor não tem género, ao abrir o caminho para o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

E, quando alguns juízes quiseram eliminar a punição dos crimes contra animais na barra do tribunal, foi também a Constituição que mostrou que inconstitucional é maltratar um animal no nosso País.

Senhoras e Senhores, a Constituição não é passado, é proteção no presente e projeto de futuro. Cabe-nos, a cada um e a cada uma de nós, cumpri-la e defendê-la, com um compromisso vivo, com dignidade humana, com a democracia e as gerações futuras.

Vivam todas e todos os Deputados Constituintes, viva a Constituição e viva Portugal!

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e da Deputada do PSD Adriana Rodrigues.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados Constituintes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Supremos, Digníssimos Convidados: Há 50 anos, um país que saía exausto de mais de quatro décadas de ditadura e de uma longuíssima guerra colonial decidiu escrever um mapa do seu futuro. Não foi um ato simples; foi um exercício de coragem coletiva e de lucidez rara, porque quem vem de onde vínhamos podia perfeitamente ter cedido à dor, ao ressentimento e à revanche.

Em vez disso, escolheu construir e escolheu um texto que fosse maior do que qualquer um dos seus autores. Esse texto chama-se Constituição da República Portuguesa.

O que a torna tão extraordinária não é o consenso que a produziu, é a amplitude que conseguiu. Foi aprovada por gente tão diferente como Marcelo Rebelo de Sousa e Álvaro Cunhal, como Helena Roseta e Natália Correia, como António Arnaut e Afonso Dias, pessoas que discordavam em tanto e que, ainda assim, encontraram um chão comum, porque perceberam que, entre o mais fervoroso dos republicanos e o mais dominicano dos frades, entre José Saramago, Agustina Bessa-Luís ou Vasco Pulido Valente, existe uma comunidade que só se realiza no reconhecimento da sua própria pluralidade.

A Constituição não é, por isso, um roteiro de partido; é uma ideia de convivência, escrita na língua de Camões e de Amílcar Cabral, um texto que une, imune ao sectarismo de trincheira.

Essa geração de Constituintes conheceu os horrores da guerra e da ditadura, conheceu a perda como nenhuma outra. Por isso, só podia posicionar Portugal como um país europeu, ator pela paz, pelo direito internacional, pela dignidade de todos os povos. É, por isso, com naturalidade que vemos um português a liderar as Nações Unidas. António Guterres não é um acidente da história, é a consequência da nossa história democrática e constitucional.

Os Constituintes perceberam também que a democracia política sem democracia social e económica fica incompleta; que ao direito ao voto tinha de corresponder uma casa; que à participação tinha de corresponder acesso à saúde, à segurança social e à escola; que a liberdade de dizer o que se pensa só existe inteira quando inclui a de ouvir o que nos incomoda.

Perceberam o que as sufragistas portuguesas, Beatriz Ângelo e as suas companheiras, já sabiam quando a República as traiu: a liberdade que não chega a todas e a todos não merece esse nome.

Contudo, um país não se faz só de texto; faz-se de gente, e nós temos tanta. O Cardeal Tolentino Mendonça, numa das nossas horas mais difíceis, quando o medo e a incerteza da pandemia nos invadiam, explicou-nos como é possível amar um país. Deu-nos as palavras para o que já sentíamos, mas que muitos de nós não

conseguiam dizer: essa capacidade inesgotável de entreatajuda e de mobilização que vimos nos médicos e enfermeiros, nos agricultores, nos motoristas, nos professores, nos vizinhos que faziam as compras para os mais vulneráveis.

Essa capacidade é a expressão da força de um país inteiro. É essa capacidade inesgotável, teimosa, que aparece sempre, mas sempre que parece que não há mais nada, que nos protege e que nos une. Todos por todos: assim cuidamos de um país.

A nossa tarefa, 50 anos depois, é desconfinar esse patriotismo solidário, a pedagogia constitucional, dar-lhe nome, forma e futuro, porque Portugal não é apenas o que já foi; é o que a sua gente extraordinária, na sua teimosia de se organizar e de se levantar, de braço dado, é capaz de ser, com a humildade de carregar o legado e com a coragem de não fingir que já chegámos ao destino; com a saudade adiantada do país que ainda não somos, mas que podemos ser — e que um dia vamos ser.

Aplausos do L, do PCP, do PAN, do JPP e de Deputados do PS.

Uma nota final antes de terminar, uma palavra que não pode ficar por dizer: 50 anos da Constituição são também 50 anos sem o padre Max e Maria de Lurdes Correia, mortos por uma bomba carregada de ódio no próprio dia em que a democracia se formava.

Protestos do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É melhor estares calado, ó Fabian!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Todos os democratas aqui presentes, a larguíssima maioria do povo português, são a prova viva de que não vos mataram — semearam-vos.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Caladinho é que era!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra agora, para intervir, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Autoridades Cíveis, Judiciais, Militares, Eclesiásticas e Diplomáticas, Sr.^{as} e Srs. Deputados Constituintes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Convidados: Em 2 de abril de 1976, a tarde já ia longa com declarações políticas. Eis chegado o momento solene da votação da Constituição. O Presidente Henrique de Barros declara: «Os Deputados que votam contra, façam o favor de se levantar.» Levantou-se toda a bancada do CDS. O *Diário da Assembleia Constituinte* regista que, naquele preciso momento, nesta Câmara, ressoou um aparte parlamentar: «Reacionários!»

Dezasseis Deputados do CDS: um voto corajoso, democrático, patriótico e, acima de tudo, um voto de liberdade.

Fomos os primeiros, neste caso os únicos, a afirmar, precisamente naquele dia e sem medos, que Portugal merecia muito mais e que Portugal merecia muito melhor do que o caminho para uma sociedade socialista.

Aplausos do CH.

«O povo está acima, sempre, da Constituição. Não é a Constituição que está acima do povo», proclamou corajosamente, naquele dia, o saudoso Victor Sá Machado.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi nestes termos, pela voz segura do seu primeiro líder parlamentar, que o CDS proclamou o seu voto contra a Constituição de 1976.

Após quase 50 anos de Estado Novo, os portugueses tinham o direito e a legítima aspiração a ter uma Constituição que os representasse a todos, sem orientações ideológicas,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... sem os tornar cativos de um dado momento daquela história.

A Constituição pode e deve ser o documento fundamental em que a nação se revê, permitindo aos portugueses decidir o seu destino através de eleições livres, sem amarras e sem constrangimentos ideológicos — como dizia, na altura, a juventude: completamente soltos e completamente livres.

Infelizmente, esse não foi o caso da Constituição de 1976.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O voto contra a Constituição de 1976 foi o momento fundacional do CDS. Foi isso que definiu a nossa identidade: um partido personalista, adversário do socialismo e crente, profundamente, no valor da liberdade. Com esse voto contra, o CDS prestou um enorme serviço à causa da democracia, porque concretizou a possibilidade de uma alternativa política em Portugal. A democracia exige oposição e, ao assumir a natureza e a função de oposição e ao votar corajosamente contra a Constituição, o CDS foi fundamental para a consolidação plena da democracia e da liberdade em Portugal.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Lei Fundamental não podia condenar ao socialismo a secular nação portuguesa, não podia coletivizar uma economia que se queria livre e aberta ao mundo, nem devia permitir uma tutela militar sobre a natureza civilista do nosso regime democrático.

Se foi por esta razão que votámos contra a Constituição de 1976, foi esta mesmíssima razão que nos permitiu participar ativamente em todas as revisões constitucionais desde 1976. E em todas as revisões, o País afastou-se do caminho para o socialismo que o CDS sabia errado desde o princípio. Em todas as revisões, o CDS viu o País dar-lhe razão, porque, na verdade, cada revisão melhorou manifestamente a Constituição.

Foi assim particularmente em 1982. A criação do Tribunal Constitucional e a extinção do Conselho da Revolução libertaram a nossa jovem democracia da tutela político-militar e permitiram abrir o caminho à nossa adesão à Europa.

Foi assim também em 1989. O fim das nacionalizações irreversíveis e o fim da malfadada reforma agrária libertaram a economia dos seus piores complexos coletivistas e permitiram o desenvolvimento económico do nosso País.

De facto, cada revisão melhorou manifestamente a Constituição.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a história deu razão a quem quis mais da Constituição, mas também é justo referir que a atual Constituição densificou princípios e regras fundamentais que regem a nossa vida, desde a consagração de que a vida humana é inviolável até à proteção da liberdade de ensino; ainda no plano institucional, desde a definição semipresidencialista do nosso regime, o sistema proporcional e a garantia de um Parlamento efetivamente plural até às autonomias regionais e à importância do poder local.

Muito foi feito, mas muito está ainda por fazer, e é por Portugal que nós estamos dispostos, como sempre estivemos, a continuar a melhorar a Constituição portuguesa, sempre com respeito pelos nove séculos de história vivida, mas sobretudo, como disse, naquele dia 2 de abril de 1976, Victor Sá Machado, com uma afirmação de esperança: a esperança de que Portugal e os portugueses não mais se afastarão da democracia e da liberdade, apesar de todas as dificuldades que tenhamos de enfrentar no futuro.

Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Constituição da República, que jurámos defender, cumprir e fazer cumprir, foi e é uma grande vitória da coragem, da luta, da capacidade de transformação e construção coletivas do nosso povo, uma vitória dos trabalhadores, da juventude, dos democratas, uma vitória dos Capitães de Abril.

Apesar das manobras até à última hora para o evitar, a Constituição foi aprovada por uma ampla maioria da Assembleia, tendo sido ela mesmo eleita por 92 % dos eleitores e promulgada aqui, no seguimento da sua votação, pelo Presidente da República de então, o General Costa Gomes.

É uma Constituição sobre a qual Álvaro Cunhal afirmou ser o fiel retrato da Revolução libertadora de 1974, que consagrou valores e conquistas bem vivos na consciência coletiva do povo e objetivos de luta da sociedade e da juventude.

Apesar dos golpes das suas sete revisões,...

Risos do CH.

... a Constituição continua a apontar o rumo de progresso para o País — um projeto de sociedade com o qual alguns não se conformam, o qual não cumprem e afrontam, num evidente ajuste de contas com Abril.

Protestos de Deputados do CH.

É um processo contrarrevolucionário que aí está e que se acentua, com alguns a pensar que é desta que vão conseguir finalizar esse processo — um objetivo declarado perante o qual nenhum democrata pode deixar de agir e de intervir.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala do que roubaram!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O texto da Constituição está certo; o que esteve mal e está mal é a desastrosa política que o confronta e que sujeita o País aos interesses de uma minoria que concentra cada vez mais a riqueza — uma política levada agora a cabo pelo Governo de turno do PSD e do CDS, com o apoio entusiasmado do Chega e da Iniciativa Liberal e com a anuência do Partido Socialista.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala do que roubaram! Fala da reforma agrária!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pobreza, injustiça, desigualdade, exploração, discriminação, discurso de ódio, racismo, xenofobia, desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, privatizações, casas e rendas impossíveis de alcançar,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala do que o PCP roubou!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... ataque à justiça, à escola pública, à cultura e à segurança social, falta de creches e falta de lares, baixos salários e pensões, crescente poder dos grupos económicos sobre o poder político e a corrupção, precariedade, desregulação dos horários de trabalho, pacote laboral, perda de soberania e submissão externa, apoio à guerra e brutal aumento do custo de vida: é toda esta realidade anticonstitucional que a maioria enfrenta e que alguns querem agora inscrever na Lei Fundamental.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E o que o PCP roubou? E o que vocês roubaram?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Querem andar para trás, quando o povo precisa é de uma rutura e de uma mudança, no sentido de uma Constituição que não é neutra e que faz opções. Opta, e bem, por quem trabalha e pelos seus direitos; opta, e bem, quando proíbe os despedimentos por justa causa, quando garante a liberdade

sindical e o direito à greve, quando aponta para princípios de trabalho igual, salário igual e uma mais justa distribuição da riqueza criada. É uma Constituição que determina o direito à saúde, à habitação, à educação, à cultura e a um ambiente ecologicamente equilibrado.

É preciso cumprir o que a Constituição consagra, no que diz respeito aos direitos dos jovens, das crianças, das pessoas com deficiência, dos idosos e das mulheres.

O que se impõe é fazer frente, tal como a Constituição inscreve, a todas as formas de discriminação, e subordinar o poder económico ao poder político, tal e qual como está inscrito. O que é preciso, como define a Constituição, sem margem para dúvidas nem possibilidade de duas leituras, é afirmar a soberania, lutar contra a guerra e consagrar os princípios da independência nacional e da paz.

A Constituição não é uma coisa marcada no tempo. É, isso sim, um programa político de esperança, uma convocatória e o chão comum da luta dos que querem e têm direito a uma vida melhor. Não prescindir de nenhum direito da Lei Fundamental e exigir a sua concretização na vida de todos os dias é o desafio que está colocado a todos e, de forma particular, à juventude e às novas gerações.

Daqui fica esse desafio à juventude: tomem nas mãos a vossa Lei Fundamental. A Constituição está do vosso lado e está ao serviço das vossas vidas. Façam dela o vosso guia de ação política e Portugal será um país melhor.

A Constituição é filha da Revolução de Abril, desse Abril que se afirma todos os dias e que, no próximo dia 25, voltará a sair à rua também para exigir que a Constituição dos trabalhadores, do povo e da juventude se cumpra todos os dias, na vida de todos.

Que viva Abril e a sua Constituição!

Aplausos do PCP, do L, do BE, do PAN e de Deputados do PS.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Ex.^{mos} Representantes dos Tribunais, das Chefias Militares e demais Dignatários, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidãos: O nosso País tem muitos problemas.

Quando olhamos para a crise da habitação, vemos os preços a subir uma e outra e outra vez. Há sete trimestres consecutivos, desde que o novo Governo tomou posse, entre abril de 2024 e dezembro de 2025, os preços das casas subiram 27 %.

Quando olhamos para a saúde, não vemos melhorias, só vemos um arrastar dos problemas: 1 milhão e 500 mil portugueses sem médico de família, 1 milhão e 100 mil à espera de uma consulta, urgências que encerram por falta de profissionais.

Quando olhamos para o nosso território, o que é que vemos? Um País que arde todos os verões, ano após ano, sem que nada mude, sem prevenção adequada, sem combate suficiente, zonas devastadas por tempestades brutais, infraestruturas destruídas, famílias sem casa, empresas em risco, sem que os apoios cheguem a tempo e horas.

Poderia continuar, mas, da longa lista de problemas do nosso País, há um tema que nela não consta: a nossa Constituição. E, sim, o direito à habitação está consagrado no artigo 65.º da Constituição, que até estabelece como meta que o Estado adote uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

E, sim, o artigo 64.º proclama o direito à saúde,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não vais ler a Constituição, por amor de Deus!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... que todos têm o direito à sua proteção, e que este direito deve ser realizado através de um serviço nacional de saúde, universal e geral, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito.

E, sim, a Constituição da República Portuguesa também estabelece como essencial para a coesão do território do nosso País e para a nossa organização política e administrativa a criação de regiões administrativas no continente e o processo de regionalização.

Todos estes problemas que enfrentamos, todas estas crises, todas estas dificuldades, nenhum, repito, nenhum deles é um problema constitucional.

Aplausos do L, do BE e do Deputado do PS Emanuel Câmara.

Não nos tentem, por isso, convencer de que os problemas que enfrentamos no dia a dia, seja na saúde, seja na habitação, seja na falta de coesão territorial e no abandono do interior, se resolvem com mexidas na Constituição e com revisões constitucionais profundas. Não resolvem.

Aqueles que agora pretendem criar uma quezília constitucional e pôr o País a discutir este tema, querem apenas esconder a sua incompetência para resolver os problemas dos portugueses, atirar-nos areia para os olhos e desviar as nossas atenções. Não cairemos nessa armadilha.

Pelo contrário, quando os Governos de má memória tentaram, no passado, cortar pensões de reforma aos nossos idosos ou cortar subsídios de férias e de Natal, foi a Constituição a sua defesa.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Porque a esquerda rebentou com o País!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Quando os políticos falham e não resolvem os problemas, isso não é razão para mudar a Constituição, é razão para mudar os políticos.

Aplausos do L e do Deputado do PS Emanuel Câmara.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Claro!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Senhoras e Senhores, há 52 anos, o País saía da longa noite do fascismo. Criar uma democracia que durasse, um Estado social que protegesse, um Estado de direito democrático que permitisse a liberdade parecia uma miragem.

Permitam-me, também, que cumprimente, desde esta tribuna, os Capitães de Abril que derrubaram a ditadura e todos os Deputados e Deputadas Constituintes que nos deram este texto constitucional.

Aplausos do L, do PS, do PCP e do PAN.

Quando o fizeram, tinham, talvez, poucas certezas, mas tiveram a coragem, o bom senso e a firmeza de quem desejava um país melhor. E o País está-vos eternamente grato. Tomara que os políticos de hoje estejam à altura dos vossos feitos,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tu não estás!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... da vossa ânsia por liberdade e da vossa intransigência na defesa da democracia.

Esta Constituição, que celebra 50 anos hoje, é mais do que uma mera lei ou um documento que estabelece a organização política ou administrativa de um país; é muito mais do que as folhas em que está escrita.

Ela é um contrato. Um contrato estabelecido entre o poder político e os cidadãos que representa. Um contrato que estabelece as funções do Parlamento, do Governo, do Presidente, dos tribunais, mas também um contrato que estabelece os direitos e deveres de cada cidadão e reconhece a dignidade e as liberdades inatas a cada ser humano, único e irrepetível. Um contrato que é também a primeira linha de defesa das pessoas contra o próprio Estado e contra os mandos e desmandos dos mais fortes.

É por isso que este contrato, esta Constituição, tem resistido ao teste do tempo. É, aliás, por isso que é esta a Constituição mais longa e mais longeva da nossa história, porque a Carta Constitucional de 1826, que durou mais anos, foi outorgada por um rei ao povo, e a Constituição de 1833 vigorou menos anos e nunca foi mais do que uma folha de papel.

O Livre reafirma aqui, hoje, o seu compromisso com a Constituição da República Portuguesa de 1976 e com o contrato que ela representa com os portugueses: a ambição de uma democracia plena e participada, de um Estado social que não deixa ninguém para trás e de um poder político que respeita sempre, sempre, a liberdade de todos e cada um de nós.

Poderemos sempre dar passos no sentido da melhoria e modernização da nossa Constituição, mas deixamos o aviso: quem quiser rasgar o conteúdo essencial deste contrato com os portugueses e abrir uma quezília constitucional terá de escolher deliberadamente fazê-lo com os saudosistas do salazarismo, e fá-lo-á por sua conta e risco. Mas tenham a certeza de que os filhos, os netos e também os bisnetos de Abril aqui estarão prontos para defender a Constituição, a democracia e a liberdade.

Viva a República! Viva a Constituição! Viva a liberdade!

Aplausos do L, de pé, do PS, do PCP, do BE e do PAN.

Vozes do L: — Viva!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Vamos lá pôr alguma dignidade a funcionar!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, demais Membros do Governo, Autoridades Cíveis, Judiciais, Militares, Religiosas e Diplomáticas, Srs. Deputados à Assembleia Constituinte, Ilustres Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há pouco mais de 50 anos, neste País, havia palavras que não se podiam dizer, havia livros que não se podiam ler, havia pessoas que desapareciam na noite, sem julgamento, sem despedida, havia um silêncio pesado, sufocante, imposto, que durou quase meio século.

Mas, um dia, o povo ergueu-se e reclamou para si o direito de escolher o seu próprio destino.

Aplausos da IL.

Dois anos depois do 25 de Abril, o momento em que conquistámos a liberdade e a democracia, a 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal pela primeira vez em décadas, aprovava a Constituição da República Portuguesa — a nossa Lei Fundamental, o nosso pacto de civilização escrito com a voz de um povo inteiro que, finalmente, podia falar.

E o que escreveram foi isto: que todos os cidadãos são iguais perante a lei, que ninguém pode ser preso sem julgamento, que a palavra é livre, que o voto é de cada um e cada voto vale exatamente o mesmo, seja quem for, venha de onde vier.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Nela ficaram consagrados os direitos que pareciam impossíveis: a liberdade de expressão, de reunião, de associação; a igualdade entre homens e mulheres; o direito ao trabalho, à saúde, à educação; o sufrágio universal; a separação de poderes. São princípios que hoje nos parecem óbvios porque os temos, mas que durante décadas foram negados, perseguidos, exilados.

O que Portugal fez a seguir é uma das histórias mais extraordinárias da Europa contemporânea. Portugal saiu da ditadura sem infraestruturas modernas, com uma taxa de analfabetismo que nos envergonhava, isolado do mundo livre. No entanto, em menos de uma geração, este País fez o que muitos consideravam impossível.

Construímos instituições democráticas estáveis, transferimos pacificamente o poder, eleição após eleição, entre Governos de diferentes sensibilidades políticas.

A Constituição tem sido, desde 1976, um alicerce, não como um documento inalterável, mas como um compromisso vivo com a democracia. Ao longo dos últimos 50 anos, Portugal mudou de uma forma que poucos, em 1976, teriam conseguido imaginar. Mas essa mudança não aconteceu por acaso; aconteceu porque a Constituição foi sendo adaptada à realidade.

Vale a pena imaginar o que seria diferente se não tivesse sido. Sem as revisões de 1982 e 1989, o banco onde temos a nossa conta seria apenas um banco do Estado; as condições do nosso crédito à habitação, os juros dos nossos depósitos, o financiamento das nossas empresas, tudo seria decidido por critérios políticos.

As nossas seguradoras seriam públicas; a nossa empresa de telecomunicações seria pública; teríamos uma única empresa de eletricidade, que seria pública, e o preço que pagamos por estes serviços seria tutelado por um ministério.

A nossa televisão seria pública e apenas teríamos dois canais. Na Europa, seríamos um país irrelevante e periférico, fora do mercado único e sem livre circulação.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E somos na mesma!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sem a revisão constitucional de 1989, Portugal não teria conseguido compatibilizar a sua Lei Fundamental com as regras do mercado europeu. Os fundos comunitários que construíram as nossas estradas, as nossas escolas e os nossos hospitais não teriam existido. Teríamos direito à saúde, mas sem infraestruturas, sem oferta privada ou social, sem acesso e sem capacidade de se financiar.

Ao longo das várias revisões constitucionais, Portugal soube adaptar o seu compromisso com a democracia e com a liberdade às exigências de cada tempo. Aprofundou direitos, ajustou o equilíbrio de poderes, acompanhou a integração europeia e respondeu a novas realidades sociais e económicas.

Essa capacidade de evolução não enfraquece a Constituição, reforça-a. Uma democracia sólida não é a que resiste à mudança, mas a que sabe modernizar-se sem perder os seus princípios. Celebrar a Constituinte não é, por isso, olhar para trás com nostalgia; é olhar em redor com lucidez.

A Constituição que nasceu neste edifício não é um monumento de pedra fria para admirar à distância. É um documento vivo que só existe verdadeiramente se houver cidadãos vivos para o encher de sentido, que precisa de todos nós, da nossa curiosidade e do nosso envolvimento, que precisa da nossa coragem de a atualizar, de a desafiar, de a fazer crescer sem nunca, nunca, abandonar o que ela tem de mais sagrado: a defesa da democracia liberal, do Estado de direito e das liberdades individuais.

Aplausos da IL.

É por isso que 2026 não é apenas um ano de comemorações, é um ano de renovação de compromissos. Que saibamos, cada um de nós, hoje e sempre, estar à altura do que aqui foi escrito e da coragem de quem aqui o escreveu.

A Constituição, por muito que tentem passar a mensagem, não tem donos, nem as revisões constitucionais têm donos. A Constituição pertence a todos e exige a todos. Não é intocável, é exigente. Não é estática, é viva, é democrática. Cabe-nos honrá-la e melhorá-la, defendê-la e atualizá-la, porque respeitar a Constituição não é deixá-la parada no tempo, e Portugal tem de avançar — merece avançar!

Melhorar a Constituição é garantir que continua a servir a liberdade, adaptada às exigências do tempo.

Viva a democracia! Viva a liberdade! Viva Portugal!

Aplausos da IL, de pé, e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos

Tribunais Superiores, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Conselheiros de Estado, Chefes das Forças Armadas e Representantes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr.^{as} e Srs. Membros do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, Queridas e Queridos Deputados Constituintes, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo hoje por saudar, como começou por saudar, a 2 de abril de 1976, o Deputado Constituinte Mário Soares, em nome do grupo socialista, e cito, «os heroicos militares do 25 de Abril». Disse ainda: «Sem eles, não seria possível o derrubamento do fascismo; sem eles, sem a sua persistência, sem a sua fé nos destinos da democracia, não seria possível também chegarmos ao fim desta Constituição.»

Aplausos do PS e do L.

Nunca é de mais lembrar: somos todos, passados mais de 50 anos, filhos e netos de Abril, da valentia e coragem dos Capitães que derrubaram um regime de partido único, com censura,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Oh, agora temos o PS, é igual!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... prisões políticas, tribunais plenários, campos de detenção com tortura e morte e uma guerra colonial que ceifou milhares de vidas, jovens vidas, que deixou marcas em muitos, milhares de portuguesas e portugueses, num desafio contra a história, contra o seu tempo, com uma derrota certa, a que se agarrou esse regime envelhecido e sem saída.

Nós, muitos dos que foram para a fila com os nossos pais, a 25 de abril de 1975, sem perceber, então, o significado do momento, para presenciar o exercício do direito ao voto em liberdade, pela primeira vez, somos o futuro que evitou aquele passado.

É imperioso dizer, passados 50 anos: muito obrigado.

Aplausos do PS e do L.

Sr. Presidente, permita-me que lembre uma Constituinte, Maria de Jesus Barroso, que nos disse, no III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973, uma frase que gosto de repetir. Disse: «Meus amigos, há quem diga que o passado não conta. Pois, é mentira, permitam-me que vos diga. O passado conta quando se continua no presente e se projeta no futuro.»

Foi esse corte com a projeção de um passado de guerra, analfabetismo, trabalho infantil, isolamento internacional, emigração forçada e pobreza que o 25 de Abril de 1974 concretizou, abrindo caminho a uma nova construção, a uma nova projeção, a partir de um passado que era necessário interromper.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 foi o presente que se projetou futuro; foi a página escrita pelo punho do legislador constituinte que se impôs a si próprio o desenho de um outro futuro. Sabemos que não foi uma jornada sem incerteza, mas, com o reforço da legitimidade outorgada pelos mais de 5,7 milhões de portugueses que votaram, os Deputados Constituintes cumpriram uma missão na sequência dessa grande e inesquecível jornada cívica que foi o 25 de abril de 1975, como, então, exaltou o Presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros.

Aplausos do PS.

Desde a bancada socialista, afirmou-se, a 2 de abril de 1976: «Nós, socialistas, fizemos há muito a nossa escolha. Nós somos pela democracia, somos pelo respeito da vontade popular.»

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Pelo domínio do Estado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já dizia, então, Mário Soares, que aduziu com inegável atualidade: «Nós pensamos que a violência e a intolerância não levam a parte nenhuma...»

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — «... e podemos afirmar que, se a violência levar a alguma ditadura, não será, com certeza, da esquerda; será uma nova ditadura de extrema-direita.»

Aplausos do PS, do L e do BE.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O Soares é que disse que o Salazar não era fascista!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Dizia, então, que o passado interrompido era inimigo da vontade popular, era inimigo da democracia.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Constituição da República Portuguesa construiu esse futuro. Esse futuro, como disse, somos nós — um futuro sempre incompleto, onde o chão comum estabeleceu o equilíbrio institucional de um semipresidencialismo de matiz acentuadamente parlamentar, que faz do jogo democrático, da sua legitimidade e plasticidade, um elemento essencial para ultrapassar cada crise.

Uma paz duradoura, sem violência, com coesão e não com divisão. Um futuro de igualdade, homens e mulheres, pela primeira vez, mas também de liberdades e garantias, de respeito pelos direitos humanos de todas e todos os cidadãos, de iniciativa empresarial, coletiva e individual, de direitos sociais.

Desse futuro, sempre incompleto e em construção a cada novo problema, nasceu o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública para todos, o direito ao trabalho e o reequilíbrio das relações laborais, um País que exporta para todas as geografias, que é membro da comunidade internacional, que em 50 anos teve um Secretário-Geral das Nações Unidas, um Presidente do Conselho Europeu e um Presidente da Comissão Europeia.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Esse está bem. Os outros são uma miséria!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É digno de registo para quem partiu orgulhosamente só.

O combate à mortalidade infantil, a escolarização de crianças e adultos, a liberdade de imprensa e de criação, a independência dos tribunais e do conjunto das magistraturas, o crescimento real dos rendimentos do trabalho e a sua proteção, a demolição dos imensos bairros de barracas que povoavam as cinturas metropolitanas:...

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E agora, não?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... tudo isto é uma construção coletiva que esteve presente nas ambições dos legisladores constituintes.

Os resultados da democracia são o produto de um chão comum que se projetou no futuro. E esse futuro, volto a dizer, somos nós — com novos problemas, com novos desafios, como o acesso à habitação, mas também com a firme convicção de que essa ambição coletiva de cumprir a Constituição é um desafio incessante que se reabre a cada contexto e em cada curva da história.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala sobre corrupção!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quando projetamos o futuro com os pés firmes no chão comum constitucional, lembramos sempre esse dia 2 de abril de 1976. Ele projetou o futuro, cortando com o passado. Ele fez-nos crescer enquanto comunidade democrática, mais próspera e inclusiva, na lusofonia, com os nossos amigos e parceiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, na Europa, com os nossos parceiros da União Europeia, e no mundo, na igualdade entre nós, entre portuguesas e portugueses.

Esta é uma Constituição que serviu e serve, onde se reveem os democratas, os firmemente democratas, da esquerda à direita.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Quando, hoje, nos querem projetar um futuro que não é mais do que um passado já vivido, ainda que olvidado ou desconhecido por muitos, é tempo de reafirmar os valores centrais da nossa Constituição, lembrando o

nosso compromisso, como por nós afirmou Mário Soares, encerrando o debate, há 50 anos, a 2 de abril de 1976:...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh pá, diz qualquer coisa por ti!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... «A democracia é difícil. Não é fácil a um país que viveu o que nós vivemos, que passou 50 anos sob uma férrea ditadura, aprender a liberdade, praticar a tolerância e acreditar na democracia. É difícil, mas é a única luta por que vale a pena lutar.»

Aplausos do PS e do L.

Por isso, o Partido Socialista, ainda hoje, é fiel à atual Constituição.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh pá, estás a maçar as pessoas! Já chega!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, em parte, o futuro já fomos nós. Cabe-nos continuar, no presente, a projetar um futuro democrático e justo, cumprindo a Constituição, cumprindo com as novas gerações. É para elas que, com responsabilidade, temos de projetar o futuro. Nós somos o passado que, no presente, pode moldar o futuro.

Sigamos os passos dos Constituintes de 1976 — estaremos no caminho certo.

Aplausos do PS, de pé, do L, do BE e do JPP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Que vergonha de discurso!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

Vozes do CH: — Por fim, um momento de jeito!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados à Assembleia Constituinte, Srs. Deputados presentes, restantes Autoridades Judiciais e Signatários: São 50 anos desta Constituição, 50 anos de uma Constituição que redesenhou o País, que o redefiniu, que o reconstruiu e que, de alguma forma, nos projetou o futuro.

Há 50 anos, o futuro era muito diferente daquele que é hoje, que podemos ver hoje. Há 50 anos, o passado era muito diferente daquele que é hoje, que podemos ver hoje. E, há 50 anos, os problemas do País eram muito diferentes do que são hoje.

Não é, por isso, correto — perdoem-me, Srs. Presidentes e Srs. Deputados à Assembleia Constituinte — nem historicamente aceitável, não é por isso que podemos ficar com a consciência mais limpa ou menos limpa de vir aqui dizer que a Constituição de 1976, bem como a Revolução de 25 de Abril de 1974, vieram pôr fim, um fim direto, livre e claro, a um sistema de violência que não voltou a ocorrer.

Cabe a esta bancada, para honrar a história que tem, mas sobretudo a história do País, não permitir que, ao mesmo tempo, sejam esquecidos todos aqueles que, já com esta Constituição ou à beira desta Constituição, já após a Revolução ou perto da Revolução, foram presos sem mandado, foram mortos em atentados das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril) neste País.

Aplausos do CH.

Foram presos sem mandado e foram assassinados por grupos terroristas patrocinados, perdoem-me dizer, por muitos desses Deputados da Constituinte.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Perdoe-me dizê-lo, Sr. Presidente, pela cortesia que nesta Casa devemos ter, mas foi este mesmo Parlamento. O que dirão as gerações futuras, ao saber que, um dia, um Parlamento amnistiou um grupo terrorista de esquerda, que tinha na sua lista mortes de bebés, de seres humanos, de casais, às mãos da extrema-esquerda.

Aplausos do CH.

Hoje era o dia de recordar também esses que não estão aqui, que não vieram para as galerias, que não têm a voz política que a esquerda lhes deu toda a vida, que também perderam, que também viram a sua vida destruída, que também se viram expropriados sem mandado, sem lei e sem Constituição.

Muitos, os tais filhos e netos de Abril, sabem que também houve filhos e netos expropriados sem razão.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os filhos e netos de Abril também sabem que houve pessoas assassinadas sem razão. E os filhos e netos de Abril também sabem que, pouco tempo depois do 25 de Abril, havia mais presos políticos do que antes do 25 de Abril de 1974.

Aplausos do CH, de pé.

Essa é a verdade! Essa é a verdade!

Antigos Deputados à Assembleia Constituinte abandonaram as galerias.

Protestos do CH.

Não vale a pena sair, porque a verdade continuará a ser dita da mesma forma. A verdade continuará a ser dita da mesma forma!

Vozes do CH: — Vão e não voltem! Já vão tarde! Rua! Não fazem falta!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Sr. Deputados...

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é por saírem que a verdade não será dita.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Sr. Deputados...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é por saírem que a verdade não será dita!

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Srs. Deputados, peço que sejam retomadas as condições para o Sr. Deputado André Ventura continuar.

Continuação de protestos do CH.

A liberdade é para todos.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É, Sr. Presidente, e agradeço-lhe a devolução da palavra.

É a prova de que nós sabemos que eles nunca souberam conviver com a liberdade. Eles só sabem conviver com a sua liberdade — com a sua liberdade, com a sua liberdade!

Aplausos do CH, de pé.

Nós somos os defensores da liberdade, de toda a liberdade, da direita, da esquerda e do centro, de toda a liberdade política em Portugal — de toda a liberdade política em Portugal!

Somos defensores de toda a liberdade política em Portugal, porque esse país que foi redesenhado e esse país que foi reconstruído merecia que um dia também esses fossem recordados, porque outros, para além dessas vítimas que não estão aqui, também mereciam que, hoje, essa dignificação fosse feita.

Se houve Constituição de 1976, se houve Revolução de 25 de Abril de 1974, sim, foram os Capitães de Abril e, sim, foram os Deputados da Constituinte, mas também foram milhares, milhões de ex-combatentes, que deram a vida por esta Nação, a vida por este País, e as famílias viram-se sempre abandonadas.

Aplausos do CH.

Todos eles merecem também o nosso amor, a nossa Pátria, o nosso reconhecimento. Quantos, quantos aqui, Sr. Presidente, tiveram de fugir do País? Quantos foram também presos sem razão, enquanto andamos aqui a glorificar uma história que gostávamos que tivesse sido assim, mas não foi? E quantos perderam tudo, sem nunca ter direito a nada? Esses também são filhos de Abril, esses também são netos de Abril, esses também são filhos da Pátria portuguesa, aqueles a quem não deram nada de volta, mas que também querem o País para si.

A Constituição não é uma bíblia sagrada.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na Constituição não está escrito como Deus criou a Terra nem como criou Portugal. Na Constituição há o consenso de um povo e de uma comunidade que muda, que se altera, que vive e se dinamiza, consoante as comunidades que deve servir.

O povo de hoje não é o mesmo povo de 25 de Abril de 1974. O Parlamento de hoje não é o mesmo de 25 de Abril de 1976,...

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque o povo quis, porque o mesmo povo, que estamos aqui a elogiar, assim quis — o mesmo povo assim quis!

Aplausos do CH.

Dizemos: «Mas foi com a Constituição de 1976 que percebemos que deixámos de ter palavras que podíamos usar e não podíamos.» Sr. Presidente, voltámos ao mesmo hoje: há coisas que não se podem dizer, sem que a esquerda nos queira prender, levantar processos ou judicializar — o mesmo!

Aplausos do CH.

Os mesmos que antes do 25 de Abril não podiam dizer que o Governo era corrupto ou tirava a liberdade, hoje não podem dizer que há privilégios ou que os ciganos têm privilégios.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os mesmos, que estavam de um lado e do outro, não podem usar expressões que são consideradas racismo, ódio. «Paciência de chinês» passa a ser proibido! Os mesmos que queriam policiar querem hoje policiar.

Disse a Deputada Mariana Leitão que conseguimos que um voto valha exatamente a mesma coisa. Não conseguimos, Sr.^a Deputada, mas devíamos ter conseguido, porque para esta esquerda, que ainda domina as instituições, um voto no Chega ou na Iniciativa Liberal não é igual a um voto no PCP, no Bloco de Esquerda ou no Livre. Eles podem tudo, nós não podemos nada.

Aplausos do CH.

Esta foi a democracia que fizeram! Se a Assembleia da República elege à esquerda,...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... então, pois claro, pode fazer o Tribunal Constitucional e todos os órgãos do Estado; mas, se for à direita, é um perigo para a democracia e «ai, meu Deus, que vem aí a ditadura»!

Aplausos do CH.

Voltámos ao mesmo! Voltámos ao mesmo que tínhamos antes! Voltámos ao mesmo que tínhamos antes!

A grande diferença é que hoje está aqui uma bancada, está aqui um bloco inteiro de homens e de mulheres que prometeram, sim, respeitar a Constituição, mas, acima de tudo, prometeram que respeitarão sempre a vontade do povo português, que é isso que, para nós, verdadeiramente conta.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou terminar com algo que me parece ser fundamental no dia de hoje, com esta mesma palavra de reconciliação, que é olharmo-nos no espelho, para a nossa própria história, sem nenhum medo. Nós precisamos de uma revisão constitucional.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Precisamos de uma revisão constitucional, porque não temos de ter uma Constituição que caminhe nem para o socialismo, nem para o «cheganismo» — deve caminhar para onde quer, deve caminhar pela sua liberdade, deve caminhar por aquilo e por aqueles que quer salvaguardar.

Pois, queremos uma Constituição onde todos tenham espaço e liberdade e onde a esquerda não seja mais do que a direita, e onde não tenhamos de ter nacionalizações nem coletivizações, onde possamos ter umas Forças Armadas fortes e uma polícia com autoridade,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... uma justiça independente e políticos que não usem a justiça para seu bel-prazer e para seu proveito. Precisamos, por isso, de uma revisão constitucional.

Aplausos do CH.

Tem riscos? Tem, mas termino com a mesma frase da Constituinte, agora não de Mário Soares, mas de Francisco Sá Carneiro,...

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que dizia: «Sim, de facto, há riscos que vamos correr, mas a política sem ética é uma vergonha e a política sem risco é uma chatice.» Vai valer a pena!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD, para uma intervenção.

Os antigos Deputados à Assembleia Constituinte regressaram às galerias.

Deputados do CH protestaram e gesticularam na direção das galerias.

Srs. Deputados, é escusado estar a fazer gesticulação, porque a liberdade é para todos. Portanto, peço o favor de se conterem.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, peço o favor de se conterem.

Continuação de protestos do CH.

Peço o favor de se conterem.

Pausa.

Quem está e quer estar, está. Quem não quer estar, não está. É assim. É por isso que a nossa Constituição vale o que vale, é porque dá liberdade para todos. Portanto, Srs. Deputados, contenham-se na gesticulação, que não dignifica este Parlamento.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do PAN.

Protestos do CH.

Vozes do CH: — As galerias não se manifestam!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Contenham-se na gesticulação, que não dignifica este Parlamento.

Lembro que os Srs. Deputados Constituintes estão presentes a convite da Assembleia da República.

Aplausos, de pé, do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Público nas galerias levantou-se e aplaudiu.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — São convidados, têm de se dar ao respeito! Não se podem manifestar nas galerias!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — O Presidente não chama à atenção?!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Vamos continuar com a nossa sessão. Vai usar da palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, em representação do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não se podem manifestar! Desde quando?!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Filipe Melo, peço que se cale.

Protestos do CH.

Faça favor, Sr. Deputado Cristóvão Norte.

Protestos de Deputados do CH.

Sr. Deputado Cristóvão Norte, faça o favor de iniciar, porque, ao iniciar, vai permitir ouvirmos a sua intervenção.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Sr.^{as} e Srs. Deputados à Assembleia Constituinte, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há momentos na história em que um povo decide o seu destino e decide que quer viver em liberdade.

A Constituição da República Portuguesa foi um desses momentos fundadores. É o compromisso político mais profundo de uma comunidade livre.

Nenhuma Constituição nasce no vazio. A nossa nasceu da liberdade conquistada e da vontade de a transformar em estabilidade e em futuro. Nasceu também sob tensão. A Assembleia Constituinte foi sitiada, mas prevaleceu a convicção e afirmou-se a escolha clara de uma democracia plural e livre.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Quando a firmeza é verdadeira, nenhuma coação resiste.

Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Esse percurso pode ler-se de forma simples: 1974 devolveu-nos a liberdade; 1975 deu-lhe voz; 1976 deu-lhe forma e deu-nos futuro.

Aplausos do PSD, de Deputados do PS e do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Que miséria de discurso!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Como escreveu Jorge Miranda, «a Constituição é o estatuto jurídico da liberdade».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Oh pá, não vás por aí!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A democracia não é a ausência de conflito, é a forma pacífica de o resolver.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A Constituição existe, acima de tudo, para limitar o poder e só permanece quando não esquecemos para que serve.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

As instituições democráticas não são um obstáculo à liberdade, são a sua maior garantia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É por isso que o maior risco para a democracia não está apenas em quem a confronta diretamente. A democracia não se perde quando é atacada de frente; perde-se quando é lentamente desgastada por dentro, muitas vezes em nome de causas que parecem justas.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Foi o que vocês fizeram!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Saúdo todos os que tornaram possível este compromisso histórico. Entre eles encontrava-se também o meu pai, Cristóvão Guerreiro Norte. Evocá-lo hoje é para mim uma responsabilidade.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

Foi essa geração que construiu a liberdade que recebemos, e a nossa tem o dever de a preservar e reforçar.

As Constituições democráticas não são textos imutáveis. A evolução dos desafios, como no passado, lembra-nos algo essencial: uma das forças da Constituição está, precisamente, na capacidade que ela própria prevê de se rever, não para negar os seus princípios, mas para os afirmar em novos contextos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Como afirmou Ulysses Guimarães: «A Constituição, certamente, não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A Constituição da República Portuguesa é a casa fundacional da nossa democracia. Pode ser aperfeiçoada e atualizada, mas os seus alicerces devem permanecer intocáveis. São esses alicerces que são intemporais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — O essencial é a liberdade, a dignidade da pessoa humana, a democracia. O desafio do nosso tempo não é ter mais ou menos Constituição, é saber cumpri-la no que verdadeiramente importa.

Aplausos do PSD, do L e de Deputados do PS.

Vivemos um tempo em que tudo se simplifica, até aquilo que não pode ser simplificado, mas a democracia não vive de simplificações, vive de responsabilidade. É precisamente nestes momentos que a democracia é posta à prova e é nestes momentos que se exige mais responsabilidade, mais moderação e mais respeito pelas instituições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A democracia exige um chão comum, um espaço onde possamos discordar sem perder aquilo que nos une. É na moderação que a liberdade se protege e é fora dela que os radicalismos a colocam em risco. Quando o ressentimento se torna motor da ação política, alimentam-se os extremismos, polariza-se a sociedade e corrói-se o que nos mantém juntos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tivessem feito alguma coisa!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Ninguém tem de ir embora, todos têm lugar aqui.

Aplausos do PSD, da IL e de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não têm, não!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A verdadeira força de uma Constituição não está apenas no texto, está na consciência democrática de um povo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Jovens, a liberdade que hoje vivemos não nasceu convosco, mas o futuro dela depende de vós.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Os jovens não te ouvem, pá!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A liberdade não se herda, conquista-se todos os dias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Há 50 anos escolhemos viver em liberdade, e a liberdade continuará a ser a nossa escolha, enquanto tivermos a coragem de a defender e a exigência de estarmos à sua altura.

Viva a Constituição da República Portuguesa! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD e do PAN, de pé, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do JPP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.^{as} e Srs. Embaixadores, Sr.^{as} e Srs. Deputados à Assembleia Constituinte, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugueses: Uma nota prévia — convidámos para esta sessão, e estão nas galerias à minha frente, seis fotojornalistas que se distinguiram com o seu trabalho de cobertura da Assembleia Constituinte.

As imagens destes profissionais não se limitaram a ilustrar palavras; contaram e contam uma história — a nossa história, a história da Constituição que hoje celebramos. Mais do que isso, as suas imagens fizeram história, a nossa história, e preservam a memória que nos lembra que somos mais do que o presente, que a liberdade e a democracia que hoje vivemos se devem àqueles que, nas suas diferenças, dão corpo às imagens então registadas.

Aplausos gerais, de pé.

A todos os presentes e a todos os profissionais desta verdadeira arte, o nosso reconhecimento e o nosso obrigado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste momento político, mas também mediático, fazer uma intervenção sobre a Constituição da República é um exercício exigente. Mesmo que se trate de uma intervenção sobre a sua história, será feita uma leitura política dessas palavras. Ainda que incida sobre matérias de direito constitucional puro, será igualmente objeto de interpretação política.

Neste tema, neste momento, todas as palavras sobre a Constituição terão segundas leituras. Vão ter segundas leituras e podem causar indignação de uns, de outros ou mesmo de todos. Da minha parte, aceito o risco. A única coisa que posso garantir é que não existem segundas leituras. Basta uma, a leitura literal. Refiro-me à Constituição.

A Constituição é muito mais do que um texto ou as palavras que a compõem. A Constituição é a pedra angular do nosso sistema político e da nossa democracia.

Há menos de um mês, reunimo-nos nesta mesma Câmara para a tomada de posse de um Presidente da República e para a despedida, no cargo, do último Constituinte que ainda exercia uma função política. Cinquenta anos depois, essa cerimónia não podia ter sido mais simbólica; uma cerimónia que foi também uma passagem de testemunho de uma geração para outra. E quando uma instituição, ou um escrito, sobrevive à prova dos tempos, das crises e dos exigentes escrutínios, é porque funciona. Quando passa de uma geração para outra, é porque funciona e, por isso, merece ser celebrada, merece a nossa confiança. O sistema e a nossa democracia merecem ser celebrados e merecem a nossa confiança.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, para efeitos de análise, vale a pena refletir nas causas, nas razões pelas quais uma Constituição, escrita há 50 anos, em pleno período revolucionário, marcado por debates polarizados, sobreviveu até hoje; nas razões pelas quais um texto escrito há 50 anos sobreviveu à entrada na Comunidade Europeia, no euro, à mudança de instituições, da economia e até dos próprios portugueses.

Portugal de 2026 não é o Portugal de 1976 e os portugueses também não são os mesmos.

Como é que um texto escrito há 50 anos mereceu a lealdade de cidadãos mais novos do que o próprio documento? Como é que convenceu aqueles que o olhavam com desconfiança? Como é que conseguiu acomodar diferentes Governos e diferentes oposições, diferentes arranjos e geometrias partidárias, de que o atual Parlamento é um exemplo vivo, nunca visto?

Julgo que tenho a resposta, ou, pelo menos, uma resposta. Conseguiu, porque é mais flexível e mais abrangente do que muitos imaginam; mais flexível do que alguns temiam e mais abrangente do que alguns desejavam. A Constituição está pensada, desenhada e escrita não para contrariar os tempos, mas para se adaptar aos tempos, mantendo e preservando um elo comum que nos liga a todos a 1976: a liberdade e a defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Conseguiu, ainda, porque a própria Constituição prevê as regras, os termos, as formas e os limites da sua revisão. É a própria Constituição que convida este Parlamento, de cinco em cinco anos, a perguntar se algo deve ser mudado.

As Sr.^{as} e os Srs. Constituintes não anteciparam, nem podiam antecipar, o Tratado de Maastricht ou o Tratado de Lisboa, a evolução do direito internacional ou as questões de privacidade do mundo digital. Não conheciam em concreto os desafios do futuro, mas sabiam que o mundo não é estático, que as sociedades não são estáticas, e, por isso, fizeram da revisão constitucional uma possibilidade. Não é um drama ou uma obrigação, não é uma traição ou um dever irrenunciável; é uma possibilidade livre, ao alcance deste Parlamento.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Nos últimos 50 anos, por sete vezes, o Parlamento respondeu sim, sim ao convite da Constituição para ser revista. Foram sete revisões constitucionais e mais de 700 preceitos revistos, e isso não nos impede de aqui estarmos, hoje, a celebrar a Constituição, mesmo os partidos que, num momento ou outro, por esta ou por aquela razão, votaram contra essas revisões.

E porquê? Porque mudámos as palavras, mudámos os textos, revimos preceitos, mas o elo que nos liga a 1976 permanece. É o que chamamos o espírito da Constituição. Nos últimos 50 anos, a Constituição foi revista sete vezes e aqui estamos, hoje, a celebrá-la.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como a Constituição afirma o nosso sistema político, se a Constituição for revista, é a Constituição a funcionar; se a Constituição não for revista, também é a Constituição a funcionar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente da Assembleia da República: — Se for aprovada a revisão constitucional, é a Constituição a funcionar; se a revisão constitucional for rejeitada, também é a Constituição a funcionar.

Quando é a própria Constituição que nos pergunta se algo deve ser mudado, quem somos nós para não querermos ouvir essa pergunta?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Devemos ouvir, devemos responder — é esse o nosso dever, a nossa responsabilidade enquanto Deputados.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Eu confio na Constituição, confio no sistema que a Constituição desenhou.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eu não!

O Sr. **Presidente da Assembleia da República:** — Disse que, há pouco menos de um mês, nos despedimos do último Constituinte que ainda exercia funções públicas, mas não disse tudo. Nessa mesma cerimónia, tomou posse um Presidente que já foi Deputado nesta Casa e que, como Deputado, votou, precisamente, a última revisão constitucional. E isso não foi tema, muito menos um drama político. A Constituição é respeitada, mas não é intocável. Para ser duradora, não pode ser imutável.

Temos entre nós, Deputados, muitas diferenças. Temos, na sociedade, muitas causas, algumas até fraturantes, mas a Constituição não é uma delas. Não é para os portugueses uma causa fraturante, porque o seu desenho, os seus princípios fundamentais, o seu equilíbrio e a sua inteligência institucional não o permitem. É esse equilíbrio que nos obriga, é essa inteligência que nos responsabiliza.

Um pouco mais de confiança na Constituição, Sr.^{as} e Srs. Deputados! Um pouco mais de confiança no património de equilíbrio, de moderação e de consenso que as gerações passadas nos legaram. Deixemos o sistema funcionar, deixemos a Constituição trabalhar. Num tempo de incerteza, é ela que garante estabilidade; num tempo de divergência, é ela que garante coesão; num tempo de mudança, é ela que garante continuidade.

Às Sr.^{as} e aos Srs. Constituintes, alguns dos quais aqui presentes, o nosso muito obrigado por estes 50 anos.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

E sobretudo, e ainda mais importante, o nosso muito obrigado pelos próximos 50 anos. Não estão aqui exatamente como convidados, porque estão aqui como fundadores desta Casa.

O que nos deixaram não foi apenas um texto; foi um regime, foi uma democracia, foi um compromisso duradouro entre a liberdade e a responsabilidade. Cabe-nos honrá-lo, cabe-nos continuá-lo, e tenho a certeza de que o faremos.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP, de pé, de Deputados do PS e do L e da Deputada do CH Manuela Tender.

Vai usar da palavra Sua Excelência o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (António José Seguro): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes dos Tribunais Supremos, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e Antigo Deputado à Assembleia Constituinte, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Corpo Diplomático, Sr.^{as} e Srs. Deputados à Assembleia Constituinte, Ex.^{mas} Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há 50 anos, Portugal escrevia, com mãos ainda trémulas de liberdade, o seu pacto mais solene com o futuro.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, foi a Lei Fundamental e foi a voz de um povo que, saindo das sombras de décadas de silêncio, escolheu a luz da democracia, da dignidade e da justiça social como seus valores fundacionais.

Esta data não pertence ao passado. Esta data pertence-nos a todos nós, ao Portugal que somos e que queremos continuar a ser. É por isso que nos reunimos aqui todos, nesta Casa, expressão plural da soberania do povo português, para celebrar a nossa Constituição, um ideal e um modo de ser nação.

É devida uma dupla palavra de homenagem, mais do que justa, necessária e sentida: aos Capitães de Abril, que, em 1974, nos devolveram a liberdade e foram fiéis ao seu compromisso de instaurar a democracia, com eleições livres em Portugal; à Assembleia Constituinte, eleita a 25 de abril de 1975.

Aplausos do PSD, do PS, do L e do BE.

Os seus membros cumpriram a missão em menos de um ano, em condições instáveis, perante o ceticismo dos habituais «velhos do Restelo», que vaticinavam uma tarefa inacabada. Às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados à Assembleia Constituinte, fica um profundo agradecimento pelo vosso contributo decisivo na construção de uma República livre, plural e assente no Estado de direito democrático.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Como recordou o Presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, há precisamente 50 anos, «os Constituintes foram dignos de si próprios, dotando a nossa Pátria de uma Constituição que, na sua essência, resiste à prova do tempo».

Há 50 anos, nesta mesma primavera, Portugal não aprovou apenas um conjunto normativo; selou um pacto de paz e uma partilha coletiva de valores. Depois de décadas de silêncio, a voz do povo fez lei e o medo deu lugar ao direito. Como afirmou António Macedo, um dos Constituintes: «Não foi apenas uma lei que revogou outra lei. No mais profundo significado das coisas, foi revogado um país e outro lhe sucedeu. Éramos uma ditadura, somos uma democracia.»

Aplausos do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

A Constituição soube resistir ao tempo e evoluir em sete revisões constitucionais, revelando flexibilidade sem perder a sua essência, porque conjugou sempre a adaptação a novos desafios com o universalismo dos valores que transporta. É a matriz comum que dá continuidade e estabilidade à nossa democracia, o escudo do cidadão perante o arbítrio do poder, a garantia da cidadania — todos iguais nos direitos e nos deveres.

Foi a Constituição que serviu de bússola à construção de muitas das respostas que Portugal deu ao nosso povo. Foi ela que tornou possível o Estado social, um percurso de dignidade, solidariedade e projeção de futuro, assente nos direitos à saúde, à educação, à cultura, à habitação e à segurança social.

São desígnios que tiveram acolhimento na nossa sociedade ao longo destes 50 anos, em que Portugal consolidou uma democracia estável, garantindo direitos, liberdades e um Estado de direito sólido. Integrou-se plenamente na Europa, ao aderir à União Europeia; modernizou infraestruturas; expandiu o acesso à educação e à saúde; reduziu significativamente o analfabetismo e melhorou os indicadores sociais.

Ao mesmo tempo, afirmou-se internacionalmente como um país aberto, inovador e solidário, mantendo a sua identidade cultural e reforçando a qualidade de vida da população, apesar dos desafios económicos e sociais que continuam a exigir respostas e progresso contínuo. Tal como disse Adriano Moreira, «uma Constituição mais se faz do que se escreve», e temos muito para fazer.

Os portugueses guardam pela Constituição um apreço vigilante, orgulham-se do que ela diz, mas inquietam-se com o que ela ainda não faz. Há uma verdade que importa dizer com clareza: não é a Constituição que impede a resolução dos problemas concretos dos portugueses.

Aplausos do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

A frustração que muitos portugueses sentem não é da Constituição, é do seu incumprimento. É da incapacidade de vários poderes em concretizar, de forma efetiva, os direitos que ela consagra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — O Presidente da República não tem poder legislativo nem executivo, mas, como jurei na tomada de posse, tudo farei para defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

No quadro das minhas competências, trabalharei em cooperação com os outros órgãos de soberania, para que os desígnios do Estado social não sejam letra morta e se consubstanciem em melhores condições de vida para os portugueses, a começar pela melhoria do Serviço Nacional de Saúde.

Outros desígnios, que muitos portugueses sentem como vazios, têm a ver com a desigualdade e a corrupção — desigualdade socioeconómica, territorial e de género, feridas que se agravam, discriminações que persistem, pobreza que subsiste mesmo entre quem trabalha, corrupção que mina o funcionamento da sociedade e a confiança nas instituições. É inqualificável, nos dias de hoje.

Está por cumprir, e tem de ser concretizado, um dos mais nobres princípios constitucionais: o de uma sociedade justa e solidária.

Todos os meses surgem novos sinais de alerta sobre o acesso à habitação. Estamos a bater recordes históricos nos custos de habitação e as taxas de esforço no arrendamento esmagam o orçamento familiar. Há jovens que não podem morar onde nasceram, famílias privadas de criar o seu próprio lar.

O Estado despertou tarde e é lento nas respostas. Sejamos honestos, para termos crédito na esperança que devemos aos nossos jovens. São urgentes respostas e resultados concretos.

Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN e de Deputados do PSD.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Estão a bater palmas? Ele está a criticar-vos a todos!

O Sr. **Presidente da República**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nestes 50 anos, a Constituição tem sido a bússola que impediu o País de se perder de si mesmo. Este património não pode ser destruído, sobretudo quando a neblina dos tempos difíceis nos tenta desviar do caminho.

A hora é de firmeza. Este é o tempo de reafirmarmos os princípios fundamentais constantes dos 11 artigos iniciais da Constituição da República, o nosso ADN de nação livre, de vocação universalista e respeitadora do direito internacional.

Aplausos do PS, do L, do BE e de Deputados do PSD.

Por outro lado, a Constituição confia-nos responsabilidades que pedem rigor e sentido de tempo e eficácia. A todos é exigido um comportamento exemplar. Honrar a Constituição é também cumprir com prontidão, evitando que o necessário se torne excessivamente tardio, tal como deve ser responsabilidade de todos preservarmos os tribunais de leituras ou debates que possam sugerir a sua partidarização, salvaguardando a sua autoridade, imparcialidade e compromisso exclusivo com a Constituição da República.

Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.

Mas a Constituição não existe apenas nas instituições; ela vive, ou é posta em causa, em cada um de nós: nos valores que partilhamos, na forma como tratamos os outros, na disponibilidade para reconhecer que uma sociedade livre só é possível se for também uma sociedade coesa, tolerante e respeitadora da dignidade de cada pessoa.

Aplausos do PS e do L.

A lei garante direitos e impõe deveres, mas é a cultura de respeito mútuo que torna esses direitos reais no dia de hoje, na escola, no trabalho, na rua, nas redes sociais. Sem coesão social, sem tolerância, sem respeito

pelo outro, não há Constituição que resista. Respeito pelo ser humano, respeito pela lei, respeito pelos que pensam diferente: estes são pilares da vida em comunidade e são, também, os pilares da Constituição que hoje celebramos.

Aplausos do PS, do PAN e de Deputados do PSD e do L.

A Constituição deu-nos ferramentas; cabe-nos a nós, a esta geração e à geração que nos sucederá, saber usá-las com sabedoria, com coragem e com sentido de responsabilidade. A democracia não é um destino adquirido, é uma prática diária, e esta Casa, a Assembleia da República, é o seu coração.

Cinquenta anos depois, o maior tributo que podemos prestar à Constituição não é apenas celebrá-la em sessões solenes; é dar-lhe vida, é garantir que, a cada dia, estamos mais próximos de uma sociedade justa e solidária, que não deixa ninguém para trás.

Viva a Constituição da República! Viva a República! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, de pé, da IL, do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Vamos agora ouvir o hino nacional.

A fadista Katia Guerreiro interpretou o hino nacional, que foi aplaudido, de pé, pelos presentes.

Muito obrigado à Katia Guerreiro, por este momento sublime.
Está encerrada a nossa sessão.

Eram 11 horas e 46 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.